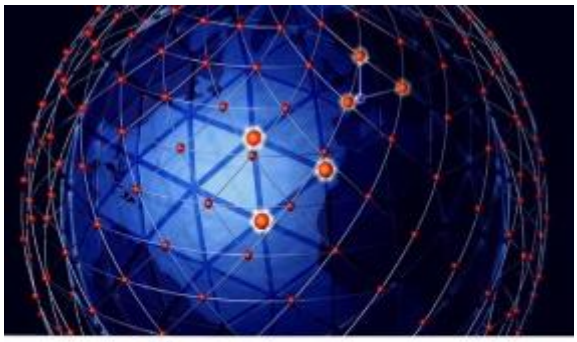


EmSociedade

O Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como partícipe da política de Pós-graduação *stricto sensu* na PUC-MG

Léa Guimarães Souki[1]

[1] Léa Guimarães Souki é professora aposentada da PUC Minas, Mestre em Ciência Política pela UFMG, Doutora em Sociologia pela UnB, realizou estágio Pós-doutoral no IGOP/ Universidad Autónoma de Barcelona. Foi Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação de nov. 1994 a jun 2003. ID orcid.org/0000-003-0290-8090; Pesquisadora do Observatório de Metrópoles, UFRJ/INCT. Email: lgsouki@gmail.com

RESUMO

O artigo consiste no relato da pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da PUC Minas no período novembro de 1994 a junho de 2003, no qual apresenta o contexto de formação da pós-graduação na universidade. Este passo implicou em um arranjo de somar e reproduzir experiências já existentes, coordenando recursos internos e mobilizando recursos externos em busca da entrada na comunidade acadêmica de pós-graduação *stricto sensu* e junto às agências de fomento. O artigo situa o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na política geral da PUC e seu esforço para consolidar sua posição nos programas reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, CAPES, de acordo com as normas prescritas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que articula as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: pós-graduação; universidade privada; ciências sociais.

ABSTRACT

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) between November 1994 and June 2003 by its Pro-Rectory of Research and Graduation. This development involved gathering and reproducing arrangements of existing experiences, coordinating internal resources, and mobilizing external resources to enable entry into the academic community of graduate studies *stricto sensu* and access to the funding agencies. This article takes as an example the Social Sciences Graduation Program to describe the general policy introduced at the PUC at the time. This policy implementation successfully consolidated PUC's position in the recognized programs by the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES) and adjusted the PUC practice to the standards prescribed by the Directives and Bases of Education Act, based upon three fundamental dimensions: teaching, research, and extension."

Keywords: Pontifical Catholic University; social sciences; graduation studies.

1 INTRODUÇÃO

Em fins de 1994, a direção da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) tinha claro que entrar na pós *stricto sensu* começava a ser uma necessidade. A instituição já contava com uma pós-graduação consolidada no *lato sensu*, o Programa de Programa de Especialização Pós-graduação Stricto Sensu, PREPES, um programa reconhecido e respeitado em todo o território nacional, recebendo alunos de regiões onde o sistema de educação continuada dificilmente poderia alcançar. A tendência da cultura da PUC era ver a exitosa e respeitada experiência do *lato sensu* como suficiente para a pós-graduação. Paralelo ao PREPES, o Programa de Capacitação Tecnológica (PROCAT) desenvolvia cursos de especialização na área tecnológica, odontológica e de administração, que cobria exigências do mercado e promovia a educação continuada.

O Reitor Padre Geraldo Magela Teixeira entendeu, na medida que estava exposto a um leque variado de informações e estímulos em sua relação com os atores do sistema de universidades brasileiras, que se tratava, naquele momento, de dar um passo adiante. Isso significava lidar com um sistema de pós-graduação e pesquisa interligado e já consolidado e que as agências de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq), principalmente, interpunham critérios e barreiras à entrada.

Internamente, a PUC tinha que dar conta da nova tarefa e integrar-se a uma estrutura instituída e majoritariamente representada pelas universidades públicas, onde se concentravam os recursos humanos e materiais de pesquisa e, consequentemente, de pós-graduação. Na mesma época, viam-se declarações públicas de pessoas da instituição, em posições de destaque, reafirmando a vocação da universidade para a graduação. Portanto, era necessário também um esforço para que a universidade como um todo entendesse que a nova pretensão não desqualificaria o patamar do *latu senso* alcançado, ou seja, que o *stricto sensu* não implicava em subtrair os êxitos já conquistados.

Portanto, criar e desenvolver um sistema de pós-graduação *lato sensu* significava, também, fortalecer e desenvolver a incipiente cultura já iniciada na instituição pelo Mestrado em Literatura em 1984. Este se deveu, em grande medida, à iniciativa de professores como Ângela Vaz Leão e Audemaro Goulart, que representavam um grupo de professores inquietos e desfrutavam de reconhecimento pela sua produção acadêmica e liderança.

A Lei nº 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), vai reinterpretar a atividade das universidades na tríade inseparável de Ensino, Pesquisa e Extensão. Portanto, a PUC, para ser reconhecida como universidade, teria que cumprir nos 6 anos seguintes à promulgação da lei os requisitos de ter: pesquisa institucionalizada, um terço de mestre e doutores, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A referência da Lei está nas referências ao final do artigo. Aceitas, verde e rosa

1.1 Sobre a titulação do corpo docente

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG) em começos de 1995, procurou reunir todos os doutores da Universidade, num total de trinta e cinco, considerando todas as áreas. A maioria deles se encontrava no Curso de Letras, pela existência do Mestrado em Literatura, um na Engenharia, alguns poucos no Direito, dois livre-docentes de Odontologia e dois doutores nas Ciências Sociais. Esse conjunto apontava a inexistência de uma massa crítica capaz de tirar alguma iniciativa do solo.

A solução para essa questão foi investir mais sistematicamente no Programa Auxílio PUC Carga Horária (APCH) reformulado para dar conta de facilitar a titulação dos professores. O Programa já funcionava bem, conseguia incentivar a titulação dos professores e, ao mesmo tempo, qualificava-os para concursos em universidades públicas. Portanto, os mestres e doutores cuja titulação foi incentivada pelo APCH teriam que dar retorno à PUC. Existia uma cláusula que garantia a permanência do beneficiado na instituição durante dois anos, que, em alguns casos, não era executada. A ideia era de que caberia aos programas de mestrado retê-los e garantir o retorno do investimento à instituição patrocinadora.

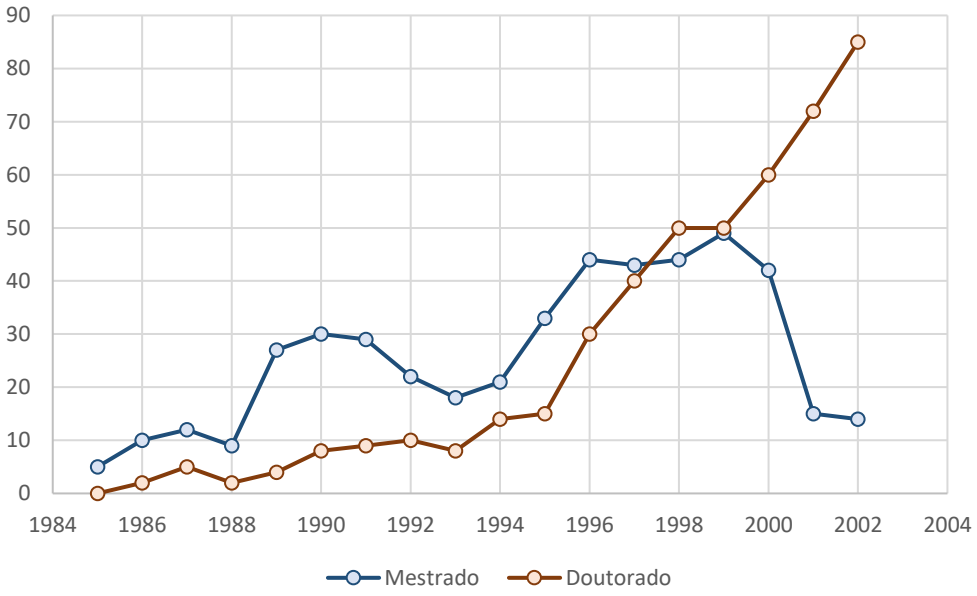
Portanto, além de incentivar a titulação, a PUC teria que pensar em mecanismos para manter os titulados, retornando o investimento. O quadro se agravou quando a titulação evoluiu para a procura do APCH para o doutorado, assim como o não retorno do incentivo.

Com a reformulação incentivada pela administração superior e a necessidade de facilitar a titulação, o APCH passou a responder a todos os pedidos de professores que cumpriam os requisitos: ter mais de dois anos na PUC, ter matrícula comprovada na pós-graduação de instituição recomendada pela Capes, lecionar pelo menos três turmas. A esses professores era concedido a redução de doze horas letivas, no prazo de 3 semestres para o mestrado e 5 semestres para o doutorado. Inicialmente, a demanda era maior para o mestrado, mas, diante do

conjunto de medidas que a política de incentivo passou a promover, as demandas para o doutorado, inclusive no exterior, aumentaram.

Os resultados, no período em discussão, pareceram como bastante favoráveis, a PUC mostrava uma busca crescente por qualificação e a correspondente titulação adquirindo um movimento ascendente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Programa permanente de capacitação docente, número de docentes beneficiados por ano



Fonte: Arquivo PROPPG período, nov.1994/ jun. 2003.

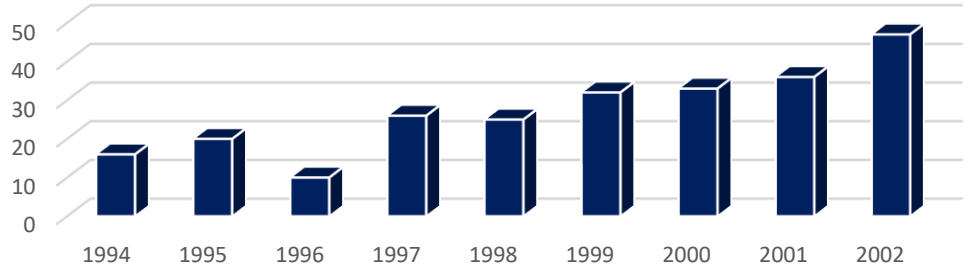
2 INCENTIVO À PESQUISA

Articulado com o trabalho de incentivar a titulação dos professores, o Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) focou seus esforços em atingir o que a LDB reconhece como "pesquisa institucionalizada". A política da PROPPG era tecer um fio, contido na ideia de "linha de pesquisa", ligando as bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) aos professores da graduação e da nascente pós-graduação e articulá-las às pesquisas dos professores juniores e seniores. É importante lembrar que havia professores que já praticavam a Iniciação Científica sem conexão com a titulação, a esses o reconhecimento do que se pode chamar de "notório saber". OK, aceitas

Em abril de 1998, a Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução Nº 2, estabeleceu indicadores para verificação da produção intelectual institucionalizada. Segundo ela, a instituição que almeja o reconhecimento deve comprovar: a) três

cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu*, avaliados positivamente pela CAPES e/ou pela realização de pesquisas que envolvam pelo menos 15% do corpo docente; pelo menos metade dos doutores da instituição; pelo menos três grupos definidos com linhas de pesquisa explicitadas. O número de projetos aprovados no FIP vinha crescendo anualmente, com uma pequena queda em 1996, chegando a 45 em 2002, conforme Gráfico 1. Nessa data caminhávamos para cumprir todos os requisitos, a definição superior mostrava que nosso objetivo estava consoante com a orientação do órgão superior de pesquisa.

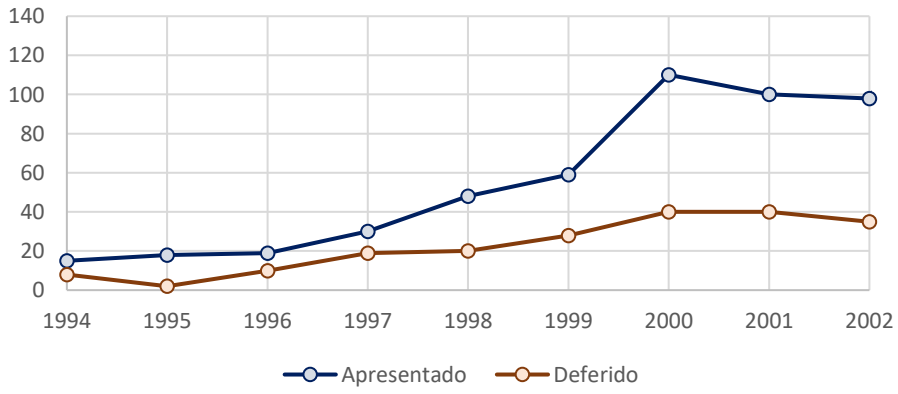
Gráfico 2 - FIP Projetos aprovados de professores



Fonte: Arquivo PROPPG no período, nov.1994/ jun. 2003.

A demanda para o PROBIC, bolsas de Iniciação Científica financiadas pela PUC, segue a mesma tendência ascendente (Gráfico 3). Os editais de PIBIC e PROBIC ocorriam em semestres diferentes, o primeiro estava acoplado aos projetos dos professores aprovados pelo FIP e o segundo edital respondia à demanda de iniciativa dos alunos. O Gráfico a seguir ilustra o crescimento da demanda dos projetos de iniciativa dos alunos.

Gráfico 3 - PROBIC



Fonte: Arquivo PROPPG nov.1994/ jun. 2003.

3 A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Em 1987, a PUC criou o Mestrado em Literatura, que, em 1994, alcançou o conceito A de excelência, de acordo com a classificação da CAPES na época, e posteriormente se transformaria em Programa de Pós-graduação em Letras. Em 1996, começaram a ser feitas as iniciativas para a criação de um outro Mestrado no Instituto Politécnico da PUC/MG, IPUC, em uma época em que a direção da CAPES explicitava seu interesse em redistribuir o sistema de pós-graduação corrigindo a concentração da pós-graduação no sudeste do país. Foi uma luta aguerrida, com uma boa dose de voluntarismo tentando desfazer as barreiras do sistema de reconhecimento consolidado no país. Esse era o sentimento de toda a equipe da PROPPG: "o mestrado do IPUC tinha que ser recomendado". Essa primeira e decisiva etapa se ancorava na expertise e experiência da equipe liderada pelo professor Luiz Danilo Terra, pesquisador com experiência internacional e reconhecimento na comunidade acadêmica.

Aqui cabe uma reflexão sobre as barreiras à pós *stricto sensu*, no caso da PUC MG, agravadas pelo fato de a CAPES classificá-la como instituição privada. Outro obstáculo, talvez o mais restritivo, era a decisão da instituição em corrigir o que ela entendia como desvio, a concentração do sistema de pós-graduação no sudeste do país. Portanto, a PUC MG estaria lidando, naquele momento, com duas barreiras vigorosas. A PROPPG entendia que deveria se aproximar das outras PUCs consolidadas, no esforço de minimizar esses obstáculos e entender as nuances do sistema, reveladas pelas experiências daquelas instituições que já se encontravam em fase mais avançada.

Somado a esse quadro de dificuldades, um terceiro fator obstaculizava nosso objetivo – a ausência de bolsas para os alunos e o custo das mensalidades. A PROPPG, a partir dessa primeira experiência, reforçou a atividade dos professores que, por competência específica, faziam parte das câmaras da Fundação de Apoio à Pesquisa em Minas Gerais (FAPEMIG), e que já tinham expertise reconhecida entre os pares. Eles frequentavam bancas e comissões dos órgãos de fomento e se constituíram um dos ativos dessa etapa.

A partir da primeira experiência em 1995, a PROPPG adotou como política, na criação de cada projeto para abertura de novo Mestrado, convidar consultores para dialogar com cada grupo proponente na tentativa de antecipar futuras críticas e melhor se adequar à gramática da agência. Essa política passou a ser utilizada para todos os programas criados durante a gestão.

Não se pode dizer que o problema tinha sido resolvido plenamente. A expertise de alguns professores iniciadores de propostas tampouco poderia neutralizar certos óbices. Em

uma dessas consultas, especificamente a primeira, os consultores da CAPES quiseram entrevistar os alunos de Engenharia Elétrica, prescrutando sobre o porquê de preferirem a PUC à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), lembrando-lhes que esta era consolidada, gratuita e tinha bolsa de estudo.

Como resultado geral, a PROPPG chegou ao ano de 2003 com um conjunto de programas aprovados, com os primeiros representando a fase mais difícil. Esse processo foi capaz de criar um sentimento de luta e união dentro de toda a equipe envolvida e, a cada programa reconhecido correspondia um sentimento de vitória e de trabalho recompensado. Pode-se dizer que foi um trabalho verdadeiramente de equipe, envolvendo professores, pessoal administrativo e assessores.

Já recomendado desde 1989, o Programa de Letras, (doutorado recomendado em 1999) na nova fase de pensar a pós como um sistema para a universidade, a primeira recomendação da Capes, Engenharia Elétrica, saiu em 1996. O Programa, com área de concentração em Sistemas Elétricos de Potência (SEG) representou o início do descongelamento da CAPES, uma leitura de reconhecimento, considerando que a PUC está no Sudeste, é "privada" e paga. A essa se seguiu, em 1997, o Mestrado em Direito (cujo Doutorado foi recomendado em 2000) e o Mestrado em Tratamento da Informação Espacial. No ano seguinte, 1998, os mestrados em Zoologia dos Vertebrados em Ambiente Impactados, Engenharia Mecânica, seguindo-se, em 1999, os de Ciências Sociais e Educação. Na virada do milênio, em 2002, o Programa de Odontologia, que já estava em funcionamento, teve seu reconhecimento. No mesmo ano foi a vez do Programa de Administração, tendo um braço articulado com a Fundação Dom Cabral. O Programa de Psicologia só foi reconhecido no ano seguinte, e, para ele, também foi utilizada a mesma estratégia de, já colocado em funcionamento, receber a visita a CAPES, que dialogou com os professores e pode facilitar o aperfeiçoamento da proposta.

A seguir vê-se um panorama dos Programas recomendados no período em descrição.

Tabela 1 - Áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação da PUC Minas em 2003

Programa		Áreas de Concentração
Administração (Mestrado e Profissional)		Gestão Empresarial
Ciências Sociais (Mestrado)		Gestão das Cidades
Direito (Mestrado e Profissional)		Direito Processual (M/D)
		Direito Internacional e Comunitário (M)
		Direito do Trabalho (M)
		Direito Privado (M)
		Teoria do Direito (M)
		Direito Público (M)
Educação (Mestrado)		Sociologia e História da Profissão Docente e da Educação Escolar
Engenharia Elétrica (Mestrado e Profissional)		Sistemas Elétricos de Potência
Engenharia Mecânica (Mestrado)		Engenharia Automotiva
Letras (Mestrado e Profissional)		Literaturas de Língua Portuguesa (M/D)
		Língua Portuguesa (M)
Odontologia	(Mestrado Profissional)	Ortodontia
		Odontopediatria
	(Mestrado Acadêmico)	Clínicas odontológicas
Tratamento da Informação Espacial (Mestrado e Profissional)		Análise Espacial
Zoologia de vertebrados (Mestrado)		Zoologia de Vertebrados de Ambientes Impactados

Fonte: Arquivos PROPPG no período, nov.1994/ jun. 2003.

4 A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O caso da criação do Mestrado em Ciências Sociais contou com certas particularidades que merecem ser mencionadas. O projeto não nasceu especificamente do curso de Graduação, como costumava acontecer, dado que os professores, sobrecarregados com a docência, ainda não tinham alcançado a titulação e a produção necessárias naquela época, quadro, felizmente, superado atualmente. A criação do curso de graduação em Ciências Sociais, em 2003, ajudou a valorizar a profissão e pôde, também, com a política de APCH e o incentivo à pesquisa, facilitar a entrada de seu corpo docente na pós-graduação *stricto sensu*. A titulação do corpo docente, em todos os casos, repercute inequivocamente nos cursos de graduação, traz consigo atualização e avanço quanto ao uso do método científico e à qualidade das aulas.

O Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC MG nasceu, principalmente, da liderança intelectual de uma assessora da PROPPG, Luciana Teixeira de Andrade, que tinha um foco e uma produção no âmbito da sociologia urbana. A esse capital intelectual se somou a colaboração de professores jovens aposentados da UFMG que foram contratados pela PUC e

ficaram ancorados funcionalmente na PROPPG enquanto durou o projeto. Após a primeira discussão em que Luciana Teixeira argumentou sobre sua ideia, a profa. Maria Regina Nabuco, especializada em economia regional urbana, redigiu um texto em que associava as cidades ao mundo global, o que representou a "fundação" do projeto de mestrado.

O trabalho da equipe era elaborar, dentro da área de concentração na época chamada "Gestão de Cidades"[2], um projeto que aproveitasse todo o capital dos professores titulados e com produção relevante e compatível. O resultado foi surpreendente, as três linhas de pesquisa - Políticas Públicas, Trabalho e Cultura Urbana e Modos de Vida, capturavam a expertise dos profissionais qualificados e disponíveis para a tarefa. Um dado importante que não ocorreu nos outros programas é que professores do núcleo inicial do Programa e responsáveis por essa elaboração intelectual, quando o deixaram, passaram a levar suas recentes experiências que foram, em certo sentido, inspiradoras de outros dois programas, Administração e Psicologia.

Sem espaço físico adequado, inicialmente o Programa funcionou na parte posterior do Museu de História Natural, no espaço cedido pelo programa de Zoologia que passou a se instalar em um espaço provisório atrás do Museu.

5 BOLSAS E PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO

Entendemos que um bom indicador de consolidação dessa etapa da implantação da pós-graduação *stricto sensu* seriam as bolsas de estudo atribuídas aos diversos programas no período. A concessão de bolsas do sistema de fomento é uma maneira de, apesar das barreiras encontradas no início, ver atestada a presença da PUC MG e sua aceitação no restrito clube. A Tabela 2 mostra a distribuição das concessões feitas pelas agências de fomento até o final do ano 2003.

[2] Em 2005, o nome "Gestão de Cidades" mudou para "Cidades", mais de acordo com o conteúdo do Programa.

Tabela 2 - Bolsas CAPES/CNPq/FAPEMIG – Concessão 2002

Programa de Bolsas	Ciências Sociais	Direito	Educação	Eng. Elétrica	Eng.Mecânica	Letras	Odontologia	Tratamento da Informação Espacial	Zoologia	TOTAL
CAPES/PROSUP MODALIDADE I	1	2	1	6	5	M=4 D=5	-	-	4	M = 23 D = 5
CAPES/PROSUP MODALIDADE II	8	8	8	4	-	M=8 D=2	-	12	4	M=52 D=2
CNPQ	-	2	-	2		M = 4 D=2	-	2	2	M = 14 D = 2
FAPEMIG/ FIEMG/IEL	-	2	2	-	-	M = 1 D = 1	1	2*	-	M = 8 D = 1
FAPEMIG: PRGRAMA DE APOIO À PÓS GRADUAÇÃO	9	14	11	12	8	M = 17 D = 10	1	16	10	M = 98 D = 10

Obs: O Mestrado profissional em Administração não teve bolsa em 2002.

Fonte: Arquivos Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, período, nov.1994/ jun. 2003.

Outro indicador significativo de reconhecimento da produção continuada é o número de dissertações e teses (os doutorados de Direito e Letras foram recomendados, respectivamente, em 2000 e 1999), que demonstra o programa em funcionamento (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de dissertações por programa 2003

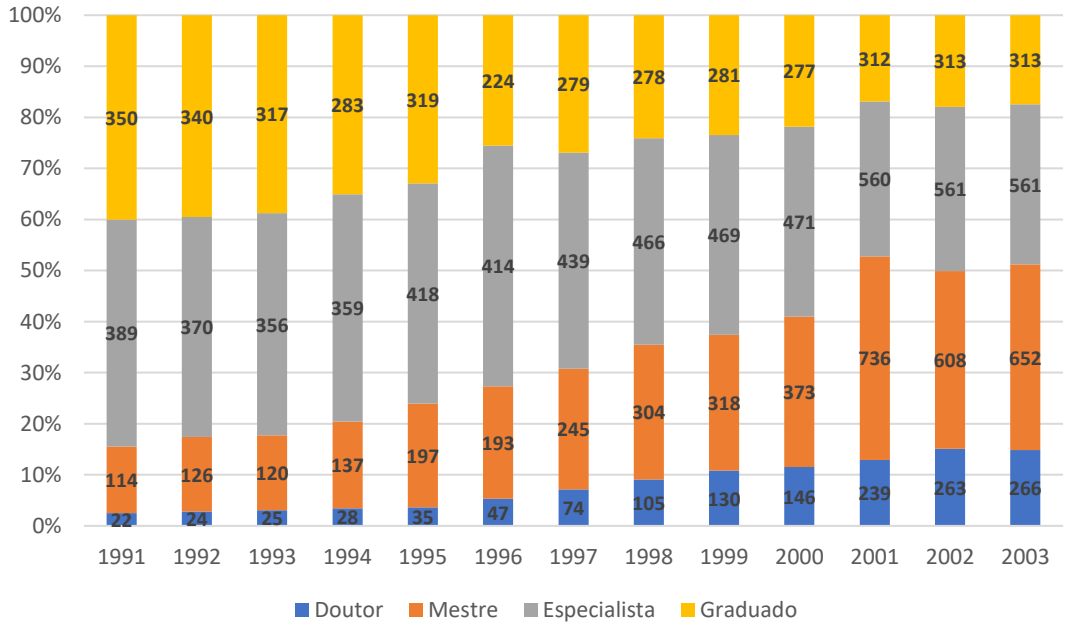
Grande Área do Conhecimento	**Programa**	**Dissertações**	**Total da Área**
Ciências Biológicas	Zoologia de Vertebrados	35	35
Engenharias	Engenharia Mecânica	27	67
	Engenharia Elétrica	40	
Ciências da Saúde	Odontologia	12	12
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	10	140
	Ciências Sociais	30	
	Direito (M)	99	
	Direito (D)	1	
Ciências Humanas	Educação	42	81
	Tratamento da Informação Espacial	39	
Linguística, Letras e Artes	Letras (M)	118	121
	Letras (D)	3	
TOTAL			**456**

Fonte: Arquivos da PRPPG no período, nov.1994/ jun. 2003.

6 TITULAÇÃO DOS DOCENTES

Apresentamos no gráfico 4 a titulação do corpo docente, não como o principal indicador dos benefícios trazidos à universidade, mas como uma expressão empírica do importante esforço feito pela administração superior e pelos professores que compartilharam o entendimento dos novos tempos. Muitos deles, sendo já mestres reconhecidamente competentes em suas tarefas, voltaram aos bancos de escola e aos laboratórios e se titularam, renovando e dinamizando seu *background*. Quanto aos benefícios da busca da titulação, para além do aspecto formal, seriam muitos e se estendem à própria atividade pedagógica, aos ganhos trazidos às salas de aula e à integração com a pesquisa e todo o aprendizado e disciplina que ela envolve. Nessa cadeia, os cursos de graduação são receptores privilegiados do avanço na qualidade de ensino.

Gráfico 4 - Titulação do corpo docente PUC Minas de 1991 a 2003 (1º sem.) – Número absoluto e percentual de professores.



Fonte: Arquivos da PROPPG período, nov.1994/ jun. 200

Tabela 4 - Titulação dos docentes da PUC MG em números absolutos

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Graduados	350	340	317	283	319	224	209	278	281	277	312	313	313
Especialistas	389	370	356	359	418	414	397	466	469	471	560	561	561
Mestres	114	126	120	137	197	193	190	304	318	373	736	608	652
Doutores	22	24	25	28	35	47	53	105	130	146	239	263	266

Fonte: Arquivo da PRPPG, período, nov.1994/ jun. 2003.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, e muito importante, foi a liderança esclarecida do Reitor Padre Geraldo Magela. Este percebeu o momento e, em meio a um cenário de múltiplos objetivos e interesses dentro da instituição, conduziu, por meio de negociação constante, o projeto de realizar o princípio em que ele acreditava: *O conhecimento é o maior legado do ser humano.* À sua memória dedico este artigo.

Coube à autora deste artigo conduzir o processo, contrapondo-me ao mito moderno do talento individual, lembro que Robson Crusoé e, muito menos, o *self made man,* construíram algo sozinho, a PROPPG trabalhou em equipe toda a etapa. Toda esta narrativa foi substanciada pela *expertise* de assessores técnicos e administrativos, dedicados e criativos, os artífices desse processo. Não tendo nomeado neste artigo toda a equipe da PROPPG do período, passo a citá-los, a título de agradecimento: Christiana Leite Carvalho, Flávia Magalhães de Freitas, João Francisco de Abreu, Magda Nunes (*In memoriam),* Regina Lúcia Vieira, Rodrigo Simões (*In memoriam*) e Terezinha Cruz Pires.

Referências

BRASIL. Lei 9. 394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. MEC, 1996.

BELO HORIZONTE. Relatórios anuais da Pro Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. PUC-Minas. 1995, 1996,1997,1998,1999, 2002, 2001, 2002, 2003.